



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume I - Tramitação Matéria

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para "investigar, no prazo de 130 (cento e trinta) dias, com limite de despesas de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades."

PRESIDENTE: Senador Plínio Valério

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli

RELATOR: Senador Marcio Bittar

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para, no prazo de 130 (cento e trinta) dias, com limite de despesas de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a) investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023; b) investigar a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente; c) investigar o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais; d) investigar casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público; e) investigar a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

JUSTIFICAÇÃO

As denúncias de desmatamento, as acusações de que amplas áreas da região se tornaram “terra de ninguém”, os indícios de crescente presença de narcotraficantes, a constatação de cientistas de que a Amazônia é o pior lugar para uma criança crescer, assassinatos imputados a quadrilhas regionais, presença de



SF/23923.00790-08 (LexEdit)



entidades estrangeiras fora de controle e, agora, a tragédia dos Yanomâmis criaram comoção mundial e concentraram a atenção internacional na Amazônia.

As reais dimensões desses graves fatos, assim como a responsabilidade por eles precisam ser investigadas de forma independente. Há denúncias de extrema seriedade, como a ação descontrolada de traficantes, posseiros, grileiros, invasores e madeireiros assim como de ação irregular de interesses externos.

Essa repercussão ocorre paralelamente às crescentes dúvidas sobre o real papel desempenhado pelas Organizações Não-Governamentais e pelas chamadas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que vinham recebendo crescentes volumes de recursos públicos, assim como de recursos vindos de fora do País. Essas entidades se multiplicaram na Amazônia e seu papel não vem sendo devidamente avaliado.

Elas aparecem como entidades independentes, autônomas, e também como entidades que desempenham atividades auxiliares da administração pública – em especial a partir da Lei nº 9.790, de março de 1999, que institui uma qualificação aplicável a pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos (ou seja, associações ou fundações). Em tese, esses recursos deveriam refletir-se na prestação de serviços que o aparato governamental não tinha condições ou interesse de assumir. Gradualmente, porém, não apenas a destinação de recursos públicos a essas entidades atingiu volumes extremamente significativos do ponto de vista orçamentário, como se elevaram também as denúncias de prestações não completadas, de desvios de recursos e, principalmente, de desvirtuamento de seus objetivos fundamentais. O Tribunal de Contas da União identificou dezenas de casos de ONGs que empregaram praticamente todos os recursos públicos resolvidos na manutenção de seus próprios gastos e não em atividades-fim.

O País passou, com frequência cada vez maior a conviver com denúncias de existência de “ONGs de fachada”, cujos reais propósitos seriam



SF/23923.00790-08 (LexEdit)



repassar recursos a partidos políticos ou mesmo a particulares. Também se avolumaram as suspeitas de que, mesmo sem receber verbas governamentais, ONGs se envolvem em atividades irregulares, inclusive a serviços de empresas com sede no exterior e a interesses de potências estrangeiras. Na região Norte tornou-se extremamente comum convivermos com ONGs com grande disponibilidade de recursos, que conseguem façanhas como serem as únicas credenciadas a penetrar em determinadas áreas ou a internalizar verbas de origem duvidosa. Registra-se ainda proximidade suspeita entre determinadas ONGs e a existência de jazidas minerais de grande relevância tanto econômica quanto estratégica.

O então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, revelou dados chocantes a respeito da saúde indígena, particularmente na execução de serviços nos 34 **distritos sanitários indígenas**, feita por meio de contratos com **ONGs**, algumas delas autodenominadas instituições religiosas. Disse o ministro que, do R\$ 1,4 bilhão de reais do Orçamento destinado à saúde indígena, nada menos do que R\$ 650 milhões são repassados a ONGs. Elas seriam responsáveis pela contratação de 13 mil pessoas. Apenas uma delas ficaria com R\$ 490 milhões.

Foi além o ministro Mandetta. Ele mostrou que praticamente todo o restante do orçamento da saúde indígena é gasto em atividades-meio. Toda a operacionalização ficaria por conta de ONGs. Citou até casos extremos, como a utilização de aviões do SUS – é uma rotina esse uso, disse, com aviões governamentais, com o brasão da república e o logotipo do SUS – até para o tráfico de drogas. Claro, completou ele, o traficante havia ganho a licitação por meio de uma ONG.

Para o ministro, o modelo atual leva a uma fragilidade no controle das contas. "Para operacionalizar, a secretaria do setor faz repasse para **ONGs**, o que não nos parece uma maneira adequada para controle e nem para estruturar política



permanente de saúde indígena", disse ele, assumindo que falta "transparência" a todo esse setor.

Mais recentemente, o ex-ministro da Defesa Aldo Rebelo narrou fatos chocantes a respeito de uma visita feita por ele e por dois generais a uma área de preservação. A entrada dos militares foi sumariamente barrada por representante de uma ONG.

A simples proliferação dessas ONGs já fornece motivos suficientes para investigação. O então ministro-chefe da Secretaria de Governo, general Santos Cruz, ao defender maior transparência no uso de recursos públicos, citou que operam na Amazônia ao menos 100 mil ONGs. O Ipea calcula que havia 820 mil ONGs no Brasil em 2016, das quais 7 mil receberam recursos do governo federal.

Todos esses elementos justificam uma investigação sobre o que fazem as ONGs no Brasil e sobre a destinação de recursos públicos a essas entidades. Registre-se que já houve iniciativas semelhantes, inclusive no Congresso Nacional, frustradas pela conjunção de interesses que a elas se opuseram.

É o caso, hoje, do chamado Fundo Amazônia. Existe toda uma retórica destinada a minimizar o peso das ONGs no fundo. Pelos dados oficiais liberados pelo fundo, 31% dos recursos foram destinados a projetos apresentados por governos estaduais, 28% a projetos da União, 1% a municípios, 1% a universidades públicas e 38% a projetos de organizações da sociedade civil. A questão é saber quantos dos projetos atribuídos a governos estaduais e à União são aplicados por meio de ONGs.

Um exemplo: dos 9 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia no Estado do Amazonas, só dois foram aplicados diretamente pelo Estado do Amazonas. O valor do apoio soma R\$ 47,43 milhões. Os demais 7 somam R\$ 99 milhões. Observação: apenas uma ONG, a Fundação Amazonas Sustentável fica com R\$ 50,62 milhões desse total, mais do que os dois projetos executados pelo governo.



Caso se analise a execução do conjunto dos projetos do Fundo Amazônia, um a um, percebe-se que quase 80% dos atribuídos ao governo federal, aos governos estaduais e municipais são conduzidos inteiramente por organizações não-governamentais. Isso corresponderia a 48% do custeio de projetos.

Somados aos assumidos diretamente por elas, chega-se à conclusão de que 86% dos projetos custeados pelos fundos estão sob controle de ONGs. Isso explica o interesse dos europeus por esse tipo de falsa doação, que na verdade constitui um investimento, assim como pela insistência em manter o modelo atual.

Desejamos assim conduzir uma investigação isenta, imparcial e independente sobre o verdadeiro papel desempenhado pelas ONGs, inclusive na exploração dos recursos naturais da região.

Sala das Sessões, de de .

Senador Plínio Valério
(PSDB - AM)



SF/23923.00790-08 (LexEdit)





SENADO FEDERAL CPI DAS ONGS

Tramitação

RQS 292/2023

- 04/04/2023** (Sessão Deliberativa Ordinária - Semipresencial, realizada em 04/04/2023)
Lido e encaminhado à publicação.
O Requerimento contém subscritores em número suficiente, nos termos do art. 145 do Regimento Interno, e será publicado para que produza os devidos efeitos.
- 31/05/2023** Encaminhados à publicação os seguintes ofícios, de indicação/substituição de membros para a Comissão:
- Ofícios nºs 17 e 24/2023, do Bloco Aliança;
- Ofício nº 91/2023, do Bloco Vanguarda; e
- Ofícios nºs 41, 45 e 53/2023, do Bloco Democracia.
A Presidência faz a designação dos Senadores para compor a Comissão, conforme as indicações recebidas das Lideranças:
BLOCO DEMOCRACIA (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB): Titulares: Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Plínio Valério; Suplentes: Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra e Oriovisto Guimarães.
BLOCO VANGUARDA (PL, NOVO): Titulares: Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho.
BLOCO ALIANÇA (PP, REPUBLICANOS): Titular: Dr. Hiran Gonçalves; Suplente: Mecias de Jesus.
- 14/06/2023** Distribuído ao Senador Marcio Bittar, para emitir relatório.
- 14/06/2023** Na presente data, foi realizada a 1ª reunião da Comissão. Na ocasião, ocorreu a sua instalação e foram eleitos, por aclamação, o Senador Plínio Valério, Presidente, e o Senador Jaime Bagattoli, Vice-Presidente. O Senador Marcio Bittar foi designado Relator da Comissão.
Juntados:
1) Lista de presença da 1ª reunião;
2) Ofício nº 001/2023-CPIONGS, que informa ao Presidente do Congresso Nacional a instalação da Comissão e o preenchimento de seus cargos.
- 20/06/2023** Na presente data, foi realizada a 2ª reunião da Comissão. Na ocasião, ocorreu a apresentação e a deliberação do Plano de Trabalho, devidamente aprovado. Ainda, foram aprovados os Requerimentos 01/2023 a 57/2023. Aprovada também a ata da 1ª reunião.
Juntados:
1) Lista de Presença da 2ª reunião;
2) Plano de Trabalho;
3) Decisão da Comissão.
- 27/06/2023** Na presente data, foi realizada a 3ª reunião da Comissão. Na ocasião, foram aprovados os Requerimentos 58/2023 a 82/2023 e foram realizadas as oitivas dos senhores Alberto Brazão Góes, Valdecir Baniwa e Adriel Kokama.

Foi aprovada a ata da 2ª reunião.
Juntados:
1) Lista de Presença da reunião; e
3) Decisão da Comissão.
- 04/07/2023** Na presente data, foi realizada a 4ª reunião da Comissão. Na ocasião, foram aprovados os Requerimentos 83/2023 a 85/2023 e foram realizadas as oitivas dos senhores Marcelo Norkey Duarte Pereira, Luciene Kujãesage Kayabi, Miguel dos

Santos Correa.
Foi aprovada a ata da 3ª reunião.
Juntados:
1) Lista de Presença da reunião; e
3) Decisão da Comissão.

06/07/2023

Juntados Ofícios:
- Ofício nº. 67/2023/BLRESDEM - Indicando o Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), como titular, em substituição a Senadora Zenaide Maia (PSD/RN).
- Ofício nº 097/BLDEM/2023 - Indicando a saída Senador Marcelo Castro (MDB/PI).

11/07/2023

Na presente data, foi realizada a 5ª reunião da Comissão. Na ocasião, foram aprovados os Requerimentos: 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 96/2023. Foi realizado o depoimento do senhor Aldo Rebelo.
Foi aprovada a ata da 4ª reunião.
Juntados:
1) Lista de Presença da reunião; e
3) Decisão da Comissão.

01/08/2023

Na presente data, foi realizada a 6ª reunião da Comissão. Na ocasião, foi aprovado o Requerimento 97/2023. Foi realizado o depoimento da Sra. Silvia Waiãpi, Deputada Federal.
Foi aprovada a ata da 5ª reunião.
Juntados:
1) Lista de Presença da reunião; e
3) Decisão da Comissão.

02/08/2023

Juntado OF. Nº 0130/2023-BLVANG, substituindo o senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) pelo senador Eduardo Gomes (PL/TO) para compor a CPI DAS ONGS, na vaga de titular do bloco parlamentar Vanguarda.

08/08/2023

Na presente data, foi realizada a 7ª reunião da Comissão. Na ocasião, foram aprovados os Requerimentos nº 103 e 104/2023 – CPIONGS e o aditamento ao Requerimento 93/2023 - CPIONGS. Foi realizado o depoimento do Sr. Lorenzo Carrasco.
Foi aprovada a ata da 6ª reunião.
Juntados:
1) Lista de Presença da reunião; e
3) Decisão da Comissão.

15/08/2023

Na presente data, foi realizada a 8ª reunião da Comissão. Na ocasião, foram aprovados os Requerimentos nº 106, 107, 108 e 109/2023 – CPIONGS. Foi realizado o depoimento do Sr. Ricardo Salles, Deputado Federal.
Foi aprovada a ata da 7ª reunião.
Juntados:
1) Lista de Presença da reunião; e
3) Decisão da Comissão.

16/08/2023

Na presente data, foi realizada a 9ª reunião da Comissão. Na ocasião, foi aprovado o Requerimento nº 110/2023 – CPIONGS.
Foi aprovada a ata da 8ª reunião.
Juntados:
1) Lista de Presença da reunião; e
3) Decisão da Comissão.

22/08/2023

Na presente data, foi realizada a 10ª reunião da Comissão. Na ocasião, foram aprovados os Requerimentos nº 111 a 115/2023 e 117/2023 – CPIONGS. Com a aprovação do Requerimento nº 117/2023 – CPIONGS, ficam prejudicados os Requerimentos nº 99 e 100/2023. Foi realizado o depoimento da Sra. Helderli Fideliz.
Foi aprovada a ata da 9ª reunião.
Juntados:
1) Lista de Presença da reunião; e

2) Decisão da Comissão.

29/08/2023

Na presente data, foi realizada a 11ª reunião da Comissão. Na ocasião, foram aprovados os Requerimentos nº 118 a 123/2023 e 125/2023 – CPIONGS. Com a aprovação do Requerimento nº 125/2023 – CPIONGS, fica prejudicado os Requerimento nº 124/2023. Foi realizado o depoimento do Sr. Edward Mantoanelli Luz.

Foi aprovada a ata da 10ª reunião.

Juntados:

- 1) Lista de Presença da reunião; e
- 2) Decisão da Comissão.

31/08/2023

Na presente data, em diligência externa em São Gabriel da Cachoeira - Pari-Cachoeira, no Estado do Amazonas, foi realizada a 12ª Reunião da Comissão. Foram colhidos os depoimentos das seguintes lideranças indígenas:

- Armindo Tenório Pena – Liderança Tukano (Pari-Cachoeira);
- Jocimara Bosco Brandão – Representante Tukano do Rio Tiquié (Pari-Cachoeira);
- José Lucas Lemos Duarte (Taracuá);
- João Pedro da Silva – Liderança Dessano (Taracuá);
- Sílvio Benjamin Baniwa (Rio Içanã);
- Tuli Melício da Silva - Representante Kuripaco (Alto Içana);
- Deilton Camico - Representante Kuripaco (Alto Içana);
- Jesus dos Santos - representante da etnia Baré (Alto Rio Negro);
- Maurício Garcia Alvarado (Alto Rio Negro).

05/09/2023

Na presente data, foi realizada a 13ª reunião da Comissão. Foi realizado o depoimento do Sr. Luiz Molion.

Foram aprovadas as atas da 11ª e 12ª reuniões.

Juntado:

- 1) Lista de Presença da reunião

12/09/2023

Na presente data, foi realizada a 14ª reunião da Comissão. Na ocasião, foram aprovados os Requerimentos nº 126 a 129/2023 - CPIONGS. Foi realizado o depoimento do Sr. Virgílio Viana. Foi aprovada a ata da 13ª reunião.

Juntados:

- 1) Lista de Presença da reunião; e
- 2) Decisão da Comissão.

19/09/2023

Na presente data, foi realizada a 15ª reunião da Comissão. Na ocasião, foram aprovados os Requerimentos nº 130 a 134/2023 - CPIONGS. Foi realizado o depoimento da Sra. Ritaumaria Pereira, diretora executiva do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON.

Foi aprovada a ata da 14ª reunião.

Juntados:

- 1) Lista de Presença da reunião; e
- 2) Decisão da Comissão.

26/09/2023

Na presente data, foi realizada a 16ª reunião da Comissão. Na ocasião, foi aprovado o Requerimento nº 135/2023 - CPIONGS. Foi realizado o depoimento da Sra. Ana Toni, Secretária de Mudança do Clima do MMA.

Foi aprovada a ata da 15ª reunião.

Juntados:

- 1) Lista de Presença da reunião; e
- 2) Decisão da Comissão.

- 03/10/2023** Na presente data, foi realizada a 17ª reunião da Comissão. Na ocasião, foram aprovados os Requerimentos nº 138 a 141/2023 – CPIONGS. Foi realizado o depoimento do Sr. Eduardo Humberto Ditt, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE, em substituição à Sra. Suzana Machado Pádua (REQ 123/2023- CPIONGS), conforme publicado na Decisão do Presidente n. 01/2023-CPIONGS.
Foi aprovada a ata da 16ª reunião.
Juntados:
1) Lista de Presença da reunião; e
2) Decisão da Comissão.
- 10/10/2023** Na presente data, foi realizada a 18ª reunião da Comissão. Na ocasião, foram aprovados os Requerimentos nº 142 e 143/2023 – CPIONGS. Foi realizado o depoimento da Sra. Flávia Vinhaes Santos, Diretora Executiva do IBGE e da Sra. Marta De Oliveira Antunes, tecnologista do IBGE, ambas em substituição ao Sr. Márcio Pochmann, Presidente do IBGE (REQ 115/2023- CPIONGS).

Foi aprovada a ata da 17ª reunião.
Juntados:
1) Lista de Presença da reunião; e
2) Decisão da Comissão.
- 17/10/2023** Na presente data, foi realizada a 19ª reunião da Comissão. Na ocasião, foi realizado o depoimento do Sr. André Guimarães, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM (REQ 120/2023- CPIONGS).

Foi aprovada a ata da 18ª reunião.

Juntada a lista de presença da reunião.
- 17/10/2023** (Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 17/10/2023)
Encaminhado à publicação o RQS nº 921/2023, que contém o número suficiente de subscritores, solicitando a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 57 (cinquenta e sete) dias.
- 24/10/2023** Na presente data, em diligência externa na Reserva extrativista em Brasiléia e Eptaciolândia, no Estado do Acre, foi realizada a 20ª Reunião da Comissão. Foram colhidos os depoimentos de lideranças locais a respeito da ação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região.
- 24/10/2023** Na presente data, em diligência externa na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, foi realizada a 21ª Reunião da Comissão. Foram colhidos os depoimentos de lideranças locais a respeito da interferência de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região, especialmente, em relação à obra da BR-364.
- 24/10/2023** Na presente data, foi realizada a 22ª reunião da Comissão. Na ocasião, foi aprovado o Requerimento nº 144/2023 – CPIONGS. Foram realizados os depoimentos dos Srs. Graciano Aedzane Pronhopa (REQ 142/2023- CPIONGS) e Arnaldo Tsererowe (REQ 143/2023- CPIONGS)

Foram aprovadas as atas das 19ª, 20ª e 21ª reuniões.
Juntados:
1) Lista de Presença da reunião; e
2) Decisão da Comissão.
- 25/10/2023** Na presente data, foi realizada a 23ª reunião da Comissão. Na ocasião, foi aprovado o Requerimento nº 147/2023 – CPIONGS
Juntada a lista de presença da reunião e decisão da comissão.
- 26/10/2023** Na presente data, em diligência externa na região do Chapadão dos Parecis, no estado do Mato Grosso, foi realizada a 24ª Reunião da Comissão. Foram colhidos

depoimentos de lideranças locais com o objetivo de conhecer a etnia indígena Haliti-Paresi, em atendimento ao Requerimento 126/2023-CPIONGS.

31/10/2023

Na presente data, foi realizada a 25ª reunião da Comissão. Na ocasião, foi realizado o depoimento do Sr. Mauro Oliveira Pires, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO (Requerimento: 133/2023)

Foram aprovadas as atas das 22ª, 23ª e 24ª reuniões.

Juntada a lista de presença da reunião.

07/11/2023

Na presente data, foi realizada a 26ª reunião da Comissão. Na ocasião, foram aprovados os Requerimentos nº 149 a 151/2023 - CPIONGS. Foi realizado o depoimento do Sr. Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, Presidente do IBAMA.

Foi aprovada a ata da 25ª reunião.

Juntados:

- 1) Lista de Presença da reunião; e
- 2) Decisão da Comissão.

21/11/2023

Na presente data, foi realizada a 27ª reunião da Comissão. Na ocasião, foram aprovados os Requerimentos nº 152/2023 - CPIONGS, com alteração para convite, e 154/2023 - CPIONGS. Votou contrário ao Requerimento nº 154//2023 - CPIONGS o Senador Beto Faro.

Não foi realizada a oitiva da Exma. Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, agendada para a presente data.

Foi aprovada a ata da 26ª reunião.

Juntados:

- 1) Lista de Presença da reunião; e
- 2) Decisão da Comissão.

22/11/2023

Na presente data, foi realizada a 28ª reunião da Comissão. Na ocasião, foram aprovados os Requerimentos nº 155 e 156/2023 - CPIONGS. Foi realizado o depoimento do Sr. Márcio Santilli, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental (ISA).

Foi aprovada a ata da 27ª reunião.

Juntados:

- 1) Lista de Presença da reunião; e
- 2) Decisão da Comissão.

27/11/2023

Na presente data, foi realizada a 29ª reunião da Comissão. Na ocasião, foi realizado o depoimento da Exma. Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Foi aprovado o Requerimento nº 157/2023-CPIONGS.

Foi aprovada a ata da 28ª reunião.

Juntados:

- 1) Lista de Presença da reunião; e
- 2) Decisão da Comissão.

29/11/2023

Na presente data, foi realizada a 30ª reunião da Comissão. Na ocasião, foi realizada diligência externa em São Félix do Xingu (PA). Foram ouvidos:

1. João Cléber de Souza Torres, Prefeito do Município de São Félix do Xingu;
2. Delegado Toni Cunha, Deputado Estadual do Pará;
3. Jucelino Santos Menezes, jornalista;
4. Marcilene Frutuoso de Oliveira Lima, da Terra Apyterewa;
5. Antônio Borges Belfort, presidente da Associação dos Pequenos Produtores

Rurais do Projeto Paredao – APARPP;

6. Horácio Ferreira do Val, presidente da Associação dos Agricultores Familiares de Transiriri;

7. Vicente Paulo Terêncio Lima, presidente da Associação Vale dos Cedros;

8. Cacique Karê Parakanã;

9. Osias Albernaz da Silveira, presidente da Associação do Vale de São José;

10. Marcele Duarte, presidente da Associação Agropecuária dos Produtores Rurais das Terras do Meio (Xinguri);

11. Arnaldo Ferreira dos Santos;

12. Cacique Awaeté Parakanã;

13. Adriana Torres, presidente da Câmara Municipal de São Félix do Xingu;

14. Abadia Aparecida Lima de Mendonça, produtora agrícola da Região de

Apyterewa;

15. Vinícius Borba, advogado;

16. Gesmone Godoy;

17. José Coelho de Carvalho Filho, vereador do município de São Félix do Xingu;

18. Alex Rodrigues Silveira, advogado na Terra Apyterewa;

19. Juscelino Dias Moreira, produtor na Terra Apyterewa;

20. Irismar Lôbo;

21. Vilmar Baldini, Associação dos Produtores Rurais do Iriri e Moradores do Igarape do Bala (Aprimiba);

22. Fernando Freitas, da Abropaxy;

23. Elione Gonçalves, presidente da Associação Ribeirinho do Porto São Pedro do Rio Iriri;

24. Delson Cecílio de Souza Júnior, advogado; e

25. Diogo Franco, advogado.

05/12/2023

Na presente data, foi realizada a 31ª reunião da Comissão. Na ocasião, foi realizada a leitura do Relatório Final apresentado pelo relator, Senador Márcio Bittar. Foi concedida vista coletiva por cinco dias, nos termos regimentais.

Foram aprovadas as atas das 29 e 30ª reuniões.

Juntada a lista de Presença da reunião.

12/12/2023

Na presente data, foi realizada a 32ª reunião da Comissão. Na ocasião, foi aprovado o Relatório Final, com as sugestões acatadas pelo relator, Senador Márcio Bittar.

Foram aprovadas as atas das 31ª e 32ª reuniões.

Juntados:

- Lista de presença da 32ª reunião;

- Lista de votação nominal do relatório final;

- RELATÓRIO FINAL CONSOLIDADO;

- Ofício nº 281/2023 - CPIONGS, que comunica o encerramento e encaminha o Relatório para as providências cabíveis;

- Parecer CPI das Ongs.

14/12/2023

Encerrada a relatoria do Senador Marcio Bittar por deliberação da matéria.

15/12/2023

Encaminhado à publicação o Ofício nº 281, de 2023, da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, comunicando o encerramento dos trabalhos da Comissão, que concluiu pela aprovação do Parecer nº 1, de 2023, apresentando os Projetos de Lei nºs 6.047, 6.048, 6.049, 6.050, 6.051, 6.052, 6.053 e 6.054, de 2023; o Projeto de Lei Complementar nº 262, de 2023; o Projeto de Resolução nº 127, de 2023; a Indicação nº 104, de 2023; e recomendação ao Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público Federal.

A indicação será encaminhada à autoridade referida.

Os Projetos de Lei nºs 6.047, 6.048, 6.049, 6.050, 6.051, 6.052, 6.053 e 6.054, de

2023; o Projeto de Lei Complementar nº 262, de 2023; e o Projeto de Resolução nº 127, de 2023; ficarão perante a Mesa para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno.

O Requerimento retorna à Secretaria-Geral da Mesa para envio da recomendação apresentada como conclusão dos trabalhos da Comissão.